

DE ACORDO COM O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

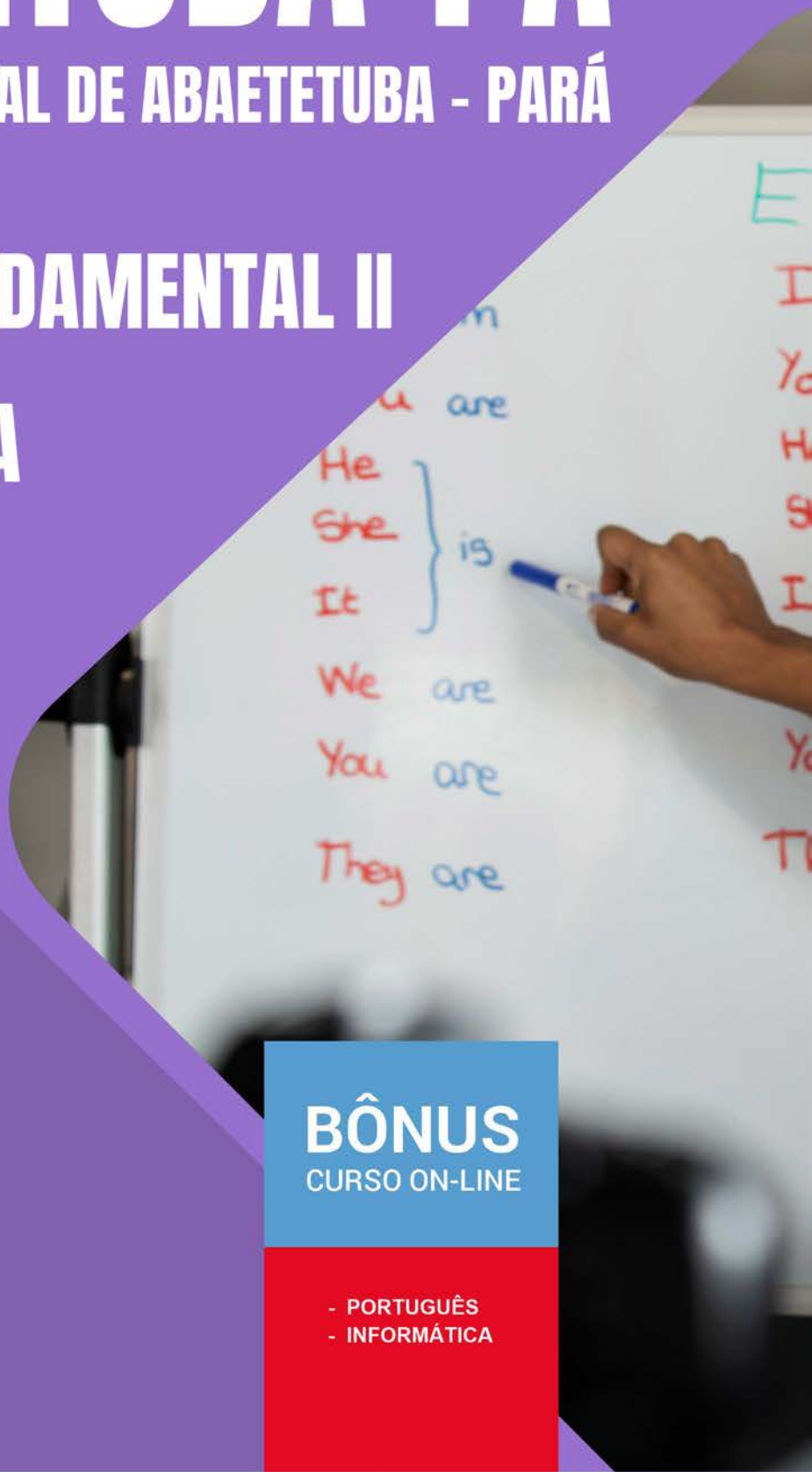


ABAETETUBA-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA - PARÁ

PROFESSOR FUNDAMENTAL II LÍNGUA INGLESA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática básica
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ABAETETUBA - PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA - PARÁ

**PROFESSOR
FUNDAMENTAL II - LÍNGUA INGLESA**

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2030

**CÓD: OP-036AG-26
7901183005727**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos literários e não literários	7
2. Tipologia textual	8
3. Paráfrase, perífrase, síntese e resumo	9
4. Processos de coesão textual; Elementos de coesão textual	10
5. Significação literal e contextual de vocábulos; expressões sinônimas e antônimas	11
6. Coordenação e subordinação	11
7. Emprego das classes de palavras; Artigos, numerais, pronomes, conjunções.....	16
8. Concordância Nominal e Verbal.....	24
9. Discurso Direto e Indireto	26
10. Regência.....	28
11. Estrutura, formação e representação das palavras.....	30
12. Ortografia oficial	31
13. Pontuação	32
14. Crase	33
15. Acentuação Gráfica	33
16. Morfologia e Sintaxe	35

Informática básica

1. Conceito de Internet e intranet	41
2. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/intranet; Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa, de redes sociais e ferramentas colaborativas	43
3. Noções de sistema operacional (ambiente Windows).....	51
4. Identificação e manipulação de arquivos.....	53
5. Backup de arquivos.....	56
6. Conceitos básicos de hardware (placa-mãe, memórias, processadores (CPU) e disco de armazenamento (HDs, CDs e DVDs)	57
7. Periféricos de computadores	57
8. Noções básicas de editores de texto e planilhas eletrônicas (Microsoft Word, Microsoft Excel, LibreOffice Writer e LibreOffice Calc)	58

Conhecimentos Específicos Professor Fundamental II - Língua Inglesa

1. A LDBN nº 9.394/96 e o ensino de Língua Estrangeira Moderna.....	89
2. Objetivos do Ensino de Língua Estrangeira para o Ensino Fundamental	92
3. Concepções teóricas do processo de ensino e aprendizagem de Língua Estrangeira.....	96
4. Tendências Pedagógicas no ensino de Língua Estrangeira: Métodos e Abordagens de Ensino.....	100
5. Relação entre processo de ensinar e aprender Língua Estrangeira e os temas transversais	104
6. Interculturalidade e Interdisciplinaridade no ensino de Língua Estrangeira.....	108

ÍNDICE

7. O processo avaliativo no ensino de Língua Estrangeira	111
8. Habilidades comunicativas no ensino de Língua Estrangeira: compreensão e produção escrita; compreensão e produção oral.....	115
9. Part of Speech (Noun, Adjective, Verb, Adverb, Preposition, Conjunction, Pronoun, Interjection)	119
10. Determiners	123
11. Phrasal verbs.....	124
12. Modal verbs	125
13. Verb Tenses	130
14. Question Tag	133
15. Discourse Markers	133
16. Reported Speech.....	138
17. Cognates and False Cognates.....	138
18. Nominal Groups	146
19. Relative Clauses	151
20. Punctuation.....	152
21. Didática Geral.....	156
22. Planejamento educacional.....	161
23. Projeto político-pedagógico.....	162
24. Sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando	164
25. Currículo	168
26. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	171
27. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214)	218
28. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	228
29. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.....	248
30. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências	288
31. Educação Inclusiva	303

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

TIPOLOGIA TEXTUAL

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO- ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.



INFORMÁTICA BÁSICA

CONCEITO DE INTERNET E INTRANET

Internet, intranet, extranet e portal são ambientes digitais utilizados para disponibilizar informações, sistemas, serviços e canais de comunicação. Embora possam empregar tecnologias semelhantes, como redes, servidores, navegadores, protocolos web e mecanismos de autenticação, diferenciam-se principalmente pelo público atendido, pelo nível de restrição de acesso e pela finalidade administrativa.

A Internet é um ambiente público e global, acessível por usuários externos à organização. A intranet é um ambiente interno, voltado aos colaboradores e setores da instituição. A extranet amplia parte do ambiente interno para públicos autorizados, como fornecedores, parceiros, clientes ou órgãos externos. O portal, por sua vez, funciona como ponto central de acesso a informações, aplicações e serviços, podendo existir na Internet, na intranet ou na extranet.

► Finalidades administrativas

Uso organizacional dos ambientes

Na Administração Geral, esses ambientes apoiam comunicação, transparência, integração de processos, atendimento ao público, gestão documental, automação de rotinas e compartilhamento de dados. Eles permitem que informações circulem de modo mais organizado, reduzem dependência de procedimentos manuais e ampliam a disponibilidade de serviços.

Para compreender a função de cada ambiente, é útil observar sua finalidade principal:

- **Internet:** divulgar informações públicas, oferecer serviços digitais externos e permitir comunicação ampla com a sociedade.
- **Intranet:** centralizar informações internas, normas, documentos, sistemas e comunicados destinados aos colaboradores.
- **Extranet:** permitir acesso controlado de usuários externos autorizados a serviços ou informações específicas.
- **Portal:** reunir, organizar e integrar conteúdos, sistemas e funcionalidades em uma interface centralizada.

Essas distinções ajudam a definir políticas de acesso, segurança, disponibilidade e governança. Um conteúdo público pode estar na Internet; um procedimento interno deve ficar na intranet; uma consulta restrita a fornecedores pode estar na extranet; e diferentes serviços podem ser reunidos em um portal.

► Características físicas e lógicas

Infraestrutura e organização do acesso

As características físicas envolvem equipamentos, servidores, computadores, dispositivos móveis, enlaces de comunicação, roteadores, firewalls e infraestrutura de rede. Já as características lógicas envolvem endereçamento, autenticação, permissões, protocolos, domínios, aplicações, regras de acesso e organização dos serviços.

Assim, a diferença entre esses ambientes não está apenas na tecnologia usada, mas na forma como o acesso é controlado, no público atendido e na finalidade institucional de cada solução.

INTERNET: CARACTERÍSTICAS, APLICAÇÕES E SERVIÇOS

► Conceito e finalidade da Internet

Ambiente público e global

A Internet é uma rede mundial formada pela interligação de inúmeras redes públicas, privadas, acadêmicas, governamentais e corporativas. Sua principal finalidade é permitir comunicação, troca de dados, acesso a informações e oferta de serviços digitais em escala global. No contexto da Administração Geral, a Internet possibilita relacionamento com cidadãos, clientes, fornecedores, parceiros e demais públicos externos, funcionando como meio de divulgação institucional, prestação de serviços, atendimento remoto e integração com plataformas digitais.

Por ser um ambiente aberto, a Internet exige atenção especial à segurança, à confiabilidade das informações publicadas e à disponibilidade dos serviços. Um site institucional, por exemplo, representa publicamente a organização; por isso, deve ser atualizado, acessível, seguro e coerente com seus objetivos administrativos.

► Características físicas e lógicas

Infraestrutura e funcionamento

As características físicas da Internet envolvem cabos, fibras ópticas, redes sem fio, satélites, roteadores, data centers, servidores, provedores de acesso e dispositivos utilizados pelos usuários. Essa infraestrutura permite que computadores, celulares, tablets e sistemas se comuniquem em diferentes localidades.

As características lógicas correspondem aos elementos que organizam essa comunicação. Entre eles estão o endereçamento IP, os nomes de domínio, o DNS, os protocolos de comunicação, os navegadores, as URLs e os serviços hospedados em servidores. Esses recursos permitem que o usuário digite um endereço compreensível, acesse uma página, envie dados, receba respostas e utilize aplicações remotas.



AMOSTRA

► Aplicações e serviços

Uso administrativo da Internet

A Internet reúne diversos serviços que apoiam atividades administrativas, comerciais, educacionais e governamentais. A tabela a seguir organiza alguns exemplos relevantes:

Serviço	Aplicação administrativa
Web	Sites, portais, consultas e sistemas online
E-mail	Comunicação formal e troca de documentos
Nuvem	Armazenamento, colaboração e acesso remoto
Videoconferência	Reuniões, treinamentos e atendimentos virtuais
APIs públicas	Integração entre sistemas e bases externas

Esses serviços ampliam a capacidade de atendimento e comunicação das organizações. Entretanto, seu uso deve ser acompanhado por políticas de segurança, controle de acesso, proteção de dados, gestão de conteúdo e monitoramento de disponibilidade.

INTRANET E EXTRANET: AMBIENTES INTERNOS E COMPARTILHADOS

► Intranet e comunicação interna

Ambiente restrito à organização

A intranet é um ambiente digital privado, voltado ao público interno de uma organização. Seu acesso normalmente é restrito a colaboradores, gestores, setores administrativos e unidades institucionais autorizadas. Embora utilize tecnologias semelhantes às da Internet, como navegadores, servidores web, protocolos e páginas internas, sua finalidade é apoiar a comunicação interna, a gestão de informações e a execução de processos corporativos.

Em uma intranet, podem ser disponibilizados comunicados, normas, manuais, formulários, sistemas administrativos, organogramas, calendários, documentos institucionais e fluxos de trabalho. Seu principal valor está em centralizar informações confiáveis e reduzir a dispersão de conteúdos em e-mails, arquivos locais ou canais informais.

► Extranet e relacionamento externo controlado

Acesso para usuários autorizados

A extranet é um ambiente que permite o acesso controlado de públicos externos a determinados recursos da organização. Ela pode atender fornecedores, parceiros, clientes, prestadores de serviço, órgãos conveniados ou unidades externas. Diferentemente da Internet pública, a extranet exige autenticação e normalmente limita o usuário a funcionalidades específicas.

Esse ambiente é útil quando a organização precisa compartilhar informações ou serviços sem tornar tudo público. Por exemplo, fornecedores podem consultar pedidos, parceiros podem enviar documentos, clientes podem acompanhar solicitações e unidades descentralizadas podem acessar sistemas integrados.

► Comparação entre intranet e extranet

Finalidade, público e segurança

A diferença central entre intranet e extranet está no público de acesso. A intranet é interna; a extranet envolve usuários externos autorizados. Essa distinção afeta diretamente a política de segurança, os perfis de permissão, os controles de autenticação e os riscos envolvidos.

A tabela a seguir sintetiza essas diferenças:

Ambiente	Público principal	Finalidade
Intranet	Colaboradores e setores internos	Comunicação interna, documentos, normas e sistemas corporativos
Extranet	Usuários externos autorizados	Integração com parceiros, fornecedores, clientes ou órgãos externos

Ambos os ambientes exigem controle rigoroso de acesso. A intranet deve proteger informações internas contra uso indevido, enquanto a extranet exige cuidado adicional, pois amplia parte do ambiente organizacional para usuários que não pertencem diretamente à instituição.

PORTAIS CORPORATIVOS E INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES E SERVIÇOS

► Conceito e finalidade de portal

Ponto central de acesso

Um portal é um ambiente digital que reúne, organiza e integra informações, sistemas, serviços e funcionalidades em uma interface centralizada. Diferentemente de um site simples, que normalmente apresenta conteúdos informativos, o portal tende a oferecer acesso estruturado a aplicações, consultas, formulários, painéis, documentos e serviços personalizados conforme o perfil do usuário.

Na Administração Geral, o portal funciona como porta de entrada para diferentes necessidades organizacionais. Ele pode atender ao público externo, aos colaboradores internos ou a usuários autorizados de uma extranet. Sua principal finalidade é reduzir dispersão, facilitar acesso, padronizar serviços e melhorar a experiência do usuário ao concentrar recursos em um único ambiente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A LDBN Nº 9.394/96 E O ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

LDBN Nº 9.394/96: FUNDAMENTOS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

► A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Função da LDBN no sistema educacional brasileiro

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB ou LDBN — estabelece princípios, finalidades e regras gerais para a organização da educação brasileira. Sua importância decorre do fato de disciplinar a educação escolar e distribuir responsabilidades entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios, sistemas de ensino e instituições escolares.

A LDBN deve ser compreendida como uma lei estruturante. Ela não apresenta, por si só, todos os conteúdos que precisam ser ensinados em cada disciplina. Em vez disso, estabelece diretrizes gerais para a construção dos currículos, determina componentes e áreas obrigatórias em determinados contextos e cria as bases jurídicas sobre as quais outros documentos curriculares são elaborados.

Educação básica e formação do estudante

A educação básica compreende educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em todas essas etapas, a formação escolar deve relacionar-se à prática social, à cidadania, ao desenvolvimento intelectual e à preparação do indivíduo para participar da sociedade.

No caso do ensino fundamental, a legislação enfatiza a formação básica do cidadão e o desenvolvimento da capacidade de aprender. No ensino médio, acrescenta-se a consolidação dos conhecimentos anteriormente adquiridos, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico e a preparação básica para o trabalho e para a cidadania.

Esses objetivos ajudam a compreender por que o ensino de línguas não pode ser reduzido à memorização de vocabulário ou de regras gramaticais. Aprender uma língua envolve participar de práticas comunicativas, interpretar discursos e ampliar possibilidades de interação social.

► A organização curricular estabelecida pela LDBN

Base nacional comum e parte diversificada

A LDBN determina que os currículos sejam estruturados a partir de uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada relacionada às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos estudantes.

Essa estrutura procura conciliar dois princípios. O primeiro é a garantia de aprendizagens comuns aos estudantes brasileiros. O segundo é a possibilidade de adaptação curricular às particularidades de diferentes redes, comunidades e territórios.

A parte diversificada não deve ser entendida como um conjunto de conteúdos sem importância ou completamente separado da formação comum. Ela integra o currículo e permite considerar necessidades e características específicas de cada realidade educacional.

A área de Linguagens

A aprendizagem linguística ocupa posição relevante na educação básica porque a linguagem constitui instrumento de comunicação, produção de conhecimento, participação cultural e interação social. O estudo de diferentes formas de linguagem amplia a capacidade do estudante de produzir sentidos, compreender diferentes perspectivas e atuar em variadas situações discursivas.

Nesse contexto, o ensino de uma língua estrangeira adquiriu importância crescente no currículo brasileiro. A própria evolução da LDBN demonstra uma mudança significativa: a formulação originalmente centrada na categoria ampla de “língua estrangeira moderna” passou, depois de alterações legislativas, a conferir lugar específico à língua inglesa.

► Princípios educacionais relacionados ao ensino de línguas

Pluralidade e formação cultural

O ensino de uma língua diferente da língua materna coloca o estudante em contato com diferentes formas de organizar discursos, expressar valores e produzir sentidos. Por isso, sua presença curricular possui dimensão simultaneamente linguística, social e cultural.

A aprendizagem deve possibilitar contato com manifestações culturais diversas, diferentes usos da língua e múltiplas comunidades de falantes. Nessa perspectiva, ensinar inglês não significa apresentar uma cultura estrangeira como modelo superior, mas permitir que o estudante compreenda diferenças, estabeleça comparações e amplie seu repertório sociocultural.

Educação, prática social e cidadania

A vinculação da educação à prática social permite compreender o ensino de línguas como instrumento de atuação no mundo. Textos digitais, informações científicas, produções culturais, comunicação internacional e diferentes gêneros discursivos podem integrar situações reais de uso do inglês.

A legislação estabelece o lugar curricular da língua, enquanto as propostas pedagógicas definem estratégias de ensino capazes de transformar essa determinação normativa em experiências efetivas de aprendizagem.



AMOSTRA

A LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA NA LDBN Nº 9.394/96

► A configuração originalmente estabelecida pela LDBN

Língua estrangeira no ensino fundamental

Na redação original de 1996, a LDBN determinava a inclusão obrigatória, na parte diversificada do currículo, do ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna a partir da então denominada quinta série. A escolha da língua ficava sob responsabilidade da comunidade escolar, consideradas as possibilidades da instituição.

Essa formulação é fundamental para compreender questões que utilizam literalmente a expressão “Língua Estrangeira Moderna”. Na configuração inicial da lei, não existia determinação nacional de que essa língua fosse necessariamente o inglês. Dependendo do contexto, uma comunidade escolar poderia selecionar inglês, espanhol, francês ou outra língua compatível com suas condições de oferta.

Língua estrangeira no ensino médio

A redação original referente ao ensino médio também previa uma língua estrangeira moderna obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e admitia uma segunda língua em caráter optativo, conforme as disponibilidades da instituição.

Portanto, dois elementos caracterizavam originalmente a LDBN: a obrigatoriedade de presença de língua estrangeira no currículo e certa flexibilidade quanto à língua selecionada.

Para diferenciar os conceitos envolvidos nessa configuração histórica, é importante observar:

- **Língua estrangeira moderna:** categoria ampla que podia abranger diferentes idiomas.
- **Língua obrigatória:** deveria integrar o currículo segundo as condições estabelecidas pela legislação.
- **Segunda língua optativa:** dependia das possibilidades de oferta da instituição.
- **Escolha comunitária:** permitia considerar características e interesses da comunidade escolar.

► A mudança promovida em 2017

Do conceito genérico à especificação da língua inglesa

Uma alteração decisiva ocorreu em 2017. No ensino fundamental, a previsão genérica de pelo menos uma língua estrangeira moderna foi substituída pela determinação de oferta da língua inglesa a partir do sexto ano.

A mudança reduziu, nesse ponto, a margem anteriormente existente para escolha da primeira língua estrangeira. O inglês passou a possuir tratamento legal específico.

No ensino médio, a legislação de 2017 também determinou a inclusão obrigatória do estudo da língua inglesa e autorizou a oferta de outras línguas estrangeiras em caráter optativo, com preferência indicada para o espanhol e observância das condições estabelecidas pelos sistemas de ensino.

A alteração posterior do ensino médio

A organização do ensino médio sofreu nova modificação legislativa em 2024. Por isso, materiais que apresentam o dispositivo criado em 2017 como se ele ainda correspondesse integralmente à redação vigente podem estar desatualizados.

Na configuração atual, a língua inglesa integra expressamente a área de Linguagens e suas Tecnologias na Base Nacional Comum Curricular do ensino médio. Outras línguas estrangeiras podem ser ofertadas, com preferência legal para o espanhol, conforme disponibilidade e organização dos sistemas de ensino.

A evolução pode ser compreendida em três momentos:

- **1996:** adoção da categoria “língua estrangeira moderna”, com possibilidade de escolha conforme a comunidade e a instituição.
- **2017:** determinação específica da língua inglesa no ensino fundamental a partir do sexto ano e reforço de sua presença obrigatória no ensino médio.
- **2024:** reorganização legal do ensino médio, mantendo a língua inglesa expressamente integrada à área de Linguagens e suas Tecnologias.

► Obrigatoriedade e autonomia curricular

Limites da escolha dos sistemas de ensino

A autonomia curricular não autoriza redes ou escolas a eliminar componentes cuja presença é determinada pela legislação. No ensino fundamental, a partir do sexto ano, a oferta de língua inglesa decorre diretamente da LDBN. No ensino médio, o inglês integra a composição legalmente definida da área de Linguagens e suas Tecnologias.

Essa obrigatoriedade não impede a valorização da diversidade linguística. O sistema pode ampliar oportunidades por meio da oferta de outras línguas, desde que não substitua indevidamente o componente cuja presença é determinada pela legislação.

O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA À LUZ DAS MUDANÇAS NA LDBN

► A presença curricular da língua inglesa

Ensino fundamental

A partir do sexto ano do ensino fundamental, a LDBN estabelece a oferta da língua inglesa. Essa determinação confere ao componente continuidade durante os anos finais do ensino fundamental e cria condições para uma aprendizagem progressiva.

A progressão é pedagogicamente importante porque uma língua é desenvolvida pela ampliação gradual das capacidades de compreensão, produção e interação. O planejamento escolar deve, portanto, evitar a repetição indefinida dos mesmos conteúdos introdutórios e organizar aprendizagens que aumentem em complexidade ao longo dos anos.

Ensino médio

Na organização atualmente prevista para o ensino médio, a língua inglesa integra Linguagens e suas Tecnologias juntamente com língua portuguesa e suas literaturas, artes e educação física.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

